

DECRETO Nº 1449, DE 17 DE JANEIRO DE 2006.

Regulamenta forma e prazo para o recolhimento dos tributos municipais e respectivos acréscimos, inclusive multas de qualquer espécie referente ao exercício de 2006, constantes da Lei Complementar nº. 003 de 16 de dezembro de 2002 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS, usando de suas atribuições legais e especialmente de conformidade com a Lei Complementar nº. 003, de 16 de dezembro de 2002.

DECRETA:

Art. 1º Os recolhimentos dos tributos municipais e respectivos acréscimos, inclusive multas de qualquer espécie referente ao exercício de 2006, serão efetuados por via de documento próprio, instituído por este Decreto, que disporá ainda sobre a competência das repartições e demais agentes autorizados a promoverem a arrecadação de créditos fiscais deste Município.

§ 1º As guias para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e taxas correspondentes serão emitidas pela Prefeitura Municipal de União de Minas, através de carnês, os quais deverão ser entregues ao contribuinte até o dia 05 de abril de 2006.

§ 2º A arrecadação dos créditos fiscais deste município serão efetuadas através das agências das Casas Lotéricas, postos de atendimentos da Caixa Econômica Federal “Caixa Aqui” e no Posto do HSBC de União de Minas nos vencimentos previstos no art. 4º deste decreto.

Art. 2º Considerar-se-á regularmente notificado o sujeito passivo, com a entrega do Carnê de pagamento por servidores da Prefeitura no local do imóvel ou no endereço por ele indicado, mediante comprovante de recebimento.

§ 1º O contribuinte que não receber o carnê até o dia 05 de abril de 2006, deverá procurar o Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de União de Minas e fazer a sua retirada.

§ 2º Não sendo possível a entrega na forma prevista no presente artigo ou havendo a recusa do recebimento por parte do contribuinte, a notificação do

lançamento será feita por edital, por jornal de circulação local ou por afixação na Prefeitura e na Câmara Municipal.

Art. 3º Uma vez calculado o imposto, os valores serão expressos em R\$ (reais), podendo ser desprezadas as frações de moeda, tanto do valor integral do imposto quanto do valor das prestações em que se decompõe.

Art. 4º O pagamento do imposto e das taxas correspondentes poderá ser efetuado em parcela única até o dia **15 de maio de 2006**, mediante desconto de 20 % (vinte por cento) ou em até 05 (cinco) prestações mensais e sucessivas, sendo o vencimento da primeira coincidente com o vencimento da cota única.

Parágrafo Único - O valor mínimo da parcela constante no caput deste artigo limita-se a R\$ 36,00 (trinta e seis reais).

Art. 5º Os débitos não pagos nos respectivos vencimentos serão atualizados monetariamente de acordo com os índices adotados pela legislação federal para a atualização de débitos de igual natureza para com a Fazenda Nacional, acrescidos de juros moratórios, além de multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o imposto devido, na forma da Lei Complementar nº 003 de 16 de dezembro de 2002.

§ 1º A atualização monetária e juros de mora incidirão sobre o valor integral do crédito, neste compreendida a multa.

§ 2º Os juros moratórios serão calculados à razão de 1 % (um por cento) ao mês, sobre o montante do débito corrigido monetariamente.

Art. 6º Na hipótese de parcelamento do imposto, não será admitido o pagamento de qualquer prestação sem que estejam quitadas todas as anteriores.

§ 1º Observado o disposto neste artigo e enquanto não vencida a última prestação, poderá ser efetuado o pagamento de quaisquer das parcelas.

§ 2º Decorrido o prazo fixado para pagamento da última prestação, somente será admitido o pagamento integral do débito, que será considerado vencido à data da primeira prestação não paga.

§ 3º O débito vencido será encaminhado para cobrança, com inscrição na Dívida Ativa e, sendo o caso, ajuizamento, ainda que no mesmo exercício a que corresponda o lançamento.

Art. 7º São isentos do IPTU:

I – O aposentado que perceba até um salário mínimo como proventos de aposentadoria e que possua apenas um imóvel, desde que seja utilizado para a sua moradia;

II – Os templos de qualquer culto;

III – Imóveis pertencentes aos partidos políticos;

IV – A União, Estados e Distrito Federal;

V – Entidades sindicais dos trabalhadores;

VI – Entidades de Educação e Assistência Social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

Parágrafo Único – Nos casos previstos nos incisos I, V e VI, o contribuinte deverá apresentar requerimento junto ao Departamento de Cadastro até a data prevista para o vencimento do imposto, comprovando mediante documento o preenchimento dos requisitos.

Art. 8º O pagamento da Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento deverá ser feito até o dia 31 de março de 2006, de conformidade com a Lei Complementar nº. 003 de 16 de março de 2005.

Art. 9º O pagamento do Imposto Sobre Serviço – ISS anual deverá ser feito até o dia 15 de maio de 2006 e o mensal, até o dia 25 de cada mês subsequente ao da prestação do serviço, nos termos da Lei Complementar nº. 017 de 30 de dezembro de 2003.

Art.10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de União de Minas, 17 de janeiro de 2006.

JOÃO DE FREITAS LEAL
- Prefeito Municipal -